



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 25

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 29-12-2010

Aos vinte nove dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Susana Cristina Chaves Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Marco António Costa Gonçalves, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Artur Paulo Madaíl Lobo, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seica Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Nelson Ricardo Esteves Peralta, João Pedro Rodrigues dos Santos, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos Vogais: [01](#) Casimiro Simões Calafate e Carlos Mário Magalhães Anileiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa e João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21:15 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Ivar Jorge Alves Corceiro, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Artur Paulo Madaíl Lobo, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e António Manuel Santos Salavessa, respectivamente.

Os sucedâneos Anabela de Almeida Saraiva e Joana Cristina Rodrigues Santos Dias apresentaram escusa.

O Vogal Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, retomou as suas funções como vogal deste órgão municipal.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, e Paula Sofia Gonçalves Ramos, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 07/12/2010, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou nos Vereadores com Pelouro, a apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira [04](#)

Vereadora Ana Neves [05](#)

Vereadora Maria da Luz [06](#)

Vereador Miguel Fernandes [07](#)

Vice-Presidente Carlos Santos [08](#)

Presidente da Câmara: [09](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. No momento em que o executivo cumpre a sua obrigação legal e o seu dever irrecusável de apresentar ao órgão máximo deliberativo um caminho a percorrer para o próximo ano, permitam-me duas ou três conclusões.

A primeira tem a ver com a legalidade do documento. Como sabem somos obrigados por Lei a incluir as dívidas exigíveis e todos os compromissos assumidos pelo município que estejam devidamente validados. E dada a situação financeira que é conhecida todos, o resultado disto é uma enormidade em termos de valor o que nos aparece.

Concordamos com isto? Já aqui fizemos esta pergunta das outras vezes. Claro que não concordamos com isto. Até porque isto distorce, dá irrealismo, às contas do município, à verdade do município — mas é a Lei que assim obriga! Tínhamos que optar apenas entre o irreal ou o ilegal. Naturalmente que a escolha foi fácil e foi optar pelo irreal.

Por isso, este de facto não é o nosso Orçamento. Este é o Orçamento que a Lei nos obriga a apresentar, com todos os constrangimentos que estão definidos. E na Assembleia Municipal que iremos ter em Abril de 2012, para análise, discussão, e votação das contas, no fundo que resultam daquilo que é este Orçamento que aqui hoje e destas GOP's que são apresentadas, naturalmente que esse facto irá ser tido em devida consideração.

Mas já foi pior! Já foi muito pior. Eu lembro ou relembro aqui que, por exemplo, nos seis documentos que nós já apresentámos, no primeiro (e por sucessão de anos) foi cento e noventa e um milhões. O segundo foi de cento e oitenta milhões. O terceiro de cento e setenta e dois milhões. Em 2010 foi de cento e trinta milhões. E este ano em 2011, se não fosse a REFER seria de cento e treze milhões.

O que é que significa isto? Que de 2007 para 2013, já conseguimos reduzir o valor em cerca de oitenta milhões de euros — o que francamente nos parece notável. E tal como afirmámos aqui há um ano nesta Assembleia, por esta altura, reafirmamos aquela que é a

nossa vontade e o nosso desejo que no Orçamento para 2014, o município finalmente possa ter neste valor total, apenas dois dígitos.

A segunda reflexão tem a ver com os pesados valores dos juros e encargos da dívida. Também um tema recorrente aqui. Este ano são mais dez milhões que do dinheiro que vai entrar no município irão ser direccionados, irão ser recebidos e direccionados para entregar nas instituições bancárias para pagar juros e encargos de dívida que nós temos — para além dos três milhões, para a necessária recompra de lotes no PP do centro.

A terceira tem a ver com a nova e infeliz realidade com que as autarquias se confrontam. São os cortes que o Governo entendeu fazer nas transferências para as autarquias, como se fossem as autarquias as responsáveis pela crise!? Como sabem, a despesa pública, as autarquias, Câmaras e Juntas são apenas responsáveis por 10% de toda a despesa pública do país.

O Governo é responsável por 90%, mas aqui há este corte naqueles que gastam 10%, porque vai ser aí naturalmente que a crise se vai ultrapassar.

E há também quebras impressionantes, fortíssimas, abruptas e quase brutais em outras receitas, nomeadamente no IMT e nas Taxas, especialmente naquelas a que se referem as obras particulares, que são quebras de milhões que estão e naturalmente irão obrigar-nos a grandes adaptações e a mudanças radicais.

Referir ainda em termos finais alguns aspectos. O primeiro, a fidelidade que procuramos manter nestes documentos para com os compromissos que assumimos acerca de um ano com todos os aveirenses. Segundo, a preocupação que nos acompanha permanentemente de procurar credibilizar o município, fazendo com que o município volte a ser considerado como uma pessoa de bem — como é indispensável porque o município é como uma pessoa, se não acreditam nela ou no município nada se conseguirá fazer.

Terceiro o respeito pelos cidadãos. Os cidadãos não são os culpados da crise que nós vivemos. Por isso não era justo obrigá-los a pagarem essa crise. Nestas Gop's e neste Orçamento que têm à frente, quem tem que continuar a fazer sacrifícios somos nós os políticos não são os cidadãos. E por isso não há aumentos nem de IMI, nem de taxas aqui neste documento.

Em quarto lugar a consideração que temos pelo trabalho das Juntas. Já aqui foi referido pelo Eng.º Carlos Santos, Senhor Vice-presidente da Câmara, este aumento nas ligações é tanto mais significativo, quanto em cortes em tudo o que havia para cortar. A única coisa em que se aumentou foi nas Juntas de Freguesia. É no fundo um agradecimento pelo trabalho que as Juntas têm feito e é também a certeza de que continuarão a fazer um excelente trabalho.

Em quinto lugar a prioridade que é concedida, já aqui afirmada pelo Dr. Pedro Ferreira, em relação a todos os projectos participados — e aqui relevar a Educação com cinco milhões de euros.

Em sexto a preocupação de conseguir mais emprego e mais investimento e dar aqui um número que é interessante. Contrariando aquilo que é habitual, há mais dinheiro para investimento (sessenta e seis milhões de euros), para despesas correntes (sessenta e um milhões de euros), o que representa também uma feliz novidade.

Não é habitual este valor do investimento ser superior às despesas correntes — mas resulta de um corte de oito milhões que se verificou nas despesas correntes.

No essencial para terminar Senhor Presidente, Senhores Deputados, estes documentos mantêm a necessária coerência em relação ao esforço desenvolvido nos primeiros cinco anos, de respeitarmos os compromissos assumidos com todos os cidadãos e de continuarmos a percorrer o caminho no sentido do reequilíbrio das Contas do município.

Por último, de inteira justiça, uma última nota. É de agradecimento à equipa, ao Dr. Pedro Ferreira, que coordenou a elaboração destes documentos, a todos os Senhores Vereadores que foram excepcionais no seu trabalho, no seu contributo, aos Serviços do

município, aos seus técnicos, aos seus funcionários pela sua dedicação e pelo rigor que colocaram em todo este trabalho, que é um trabalho extremamente complexo conforme é fácil de imaginar, aos Senhores Presidentes da Junta pela colaboração que prestaram e a todos os que colaboraram e trabalharam para a sua concretização — a todos obrigado. Ficamos disponíveis para prestar os esclarecimentos que forem tidos por convenientes.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa [010](#)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi assacada a responsabilidade, pelo menos parte daquilo que está neste Orçamento, ao Orçamento Geral do Estado e ao Governo por via do Orçamento Geral do Estado!? Eu queria desde já sublinhar que a responsabilidade pela situação tem quem a tem. E que este Orçamento que nós temos para o bem ou pelo mal, é uma obra do PS mas só possível com o apoio do PSD. No que diz respeito às autarquias locais, o PCP apresentou só relativamente às finanças das autarquias e ao reflexo dessas Finanças do Orçamento de Estado o contrário. Apresentou catorze propostas de alteração visando salvaguardar aspectos fundamentais que não vou aqui citar, se algum Senhor Deputado quiser conhecer as propostas além de estarem no site do PCP, tenho-as aqui em papel se alguém as quiser consultar em papel.

A principal das quais, visava o respeito da Lei no que diz respeito às transferências financeiras para as autarquias. Isto é, evitar que aos cortes extraordinários (já ocorridos) de cem milhões de euros, se junte os mais cento e vinte e sete milhões de euros do próximo ano, e que portanto isto é só uma parte obviamente, mas estas propostas, que tinham toda a possibilidade de alterar-se se o PSD assim quisesse. O PSD não quis, não as viabilizou, tal como não viabilizou a proposta para que se pusesse fim ao escândalo do pagamento antecipado dos dividendos que as empresas estão a fazer este ano por conta daquilo que era pago no ano que vem.

Portanto há no que toca a aspectos fundamentais da vida do país, nomeadamente as receitas de quem trabalha e a vida das autarquias que é fundamental para o bem-estar das populações, há uma atitude que é totalmente diferente em relação aos ‘senhores do dinheiro’, aos senhores com capital. Portanto a responsabilidade do Orçamento meus senhores, não é só do Partido Socialista — que tem maior parte de responsabilidade do Orçamento de Estado, mas essa responsabilidade tem que ser partilhada para o bem e para o mal, mas fundamentalmente penso que para o mal, pelo Partido Social Democrata. Posto este preâmbulo de ordem geral, eu passava à definição... mas antes de passar, diria que de qualquer forma a crise não é muito preocupante.

Ela para este Orçamento não é muito preocupante. Ela é tratada ao de leve nos quatro primeiros parágrafos do relatório do Orçamento. Temos de facto uma redução inferior a 2% no Orçamento relativamente ao ano passado. Mas vou dizer que só Coimbra cortou 8%; Leiria 20%; Setúbal 12%; Évora 18%; Montemor-o-Velho 12%.

Aveiro cortou esta ninharia!? Mas de qualquer forma também não é importante. Também não é importante, não tem qualquer significado este corte. E não tem qualquer significado porque penso que — e eu fui pesquisar o resultado da farsa, para saber se a farsa podia ser empregue neste contexto. E “farsa” é uma modalidade burlesca de peça teatral, caracterizada por personagens em situações caricatas, diferente da comédia e da sátira, por não se preocupar com a verosimilhança. Ora, e entre os sinónimos, tem fingimento, impostura, ilusão, mentira. Portanto este Orçamento é sem dúvida uma peça próxima da “farsa”. Não é verosímil! É uma ilusão! É uma impostura!

É uma impostura, apesar das explicações que aqui foram dadas. Mas os Senhores vereadores do Executivo, neste role de primeiras intervenções, tiveram comportamentos

próximos dos intérpretes da farsa! Porque ignorando o que o Senhor Presidente disse no final relativamente à justificação da “dimensão” deste Orçamento, os Senhores Vereadores fizeram de conta e enumeraram um conjunto de questões que estão no Orçamento, e que partem do pressuposto de que se vão angariar os cento e vinte e sete milhões — o que nós sabemos que não é verdade!? Não é verdade porque, a trinta de Novembro, as receitas arrecadadas em 2010 eram 43,3 milhões. Ou seja, numa perspectiva optimista, eu lembro aqui que a minha perspectiva optimista de há exactamente um ano não foi atingida, mas vamos ter outra vez uma perspectiva optimista, chegaremos aos cinquenta milhões de euros. O que significa uma descida real de receitas, uma descida real de receita! Não vem ao caso se são empréstimos se não são empréstimos. Mas uma descida real de receitas de oito milhões de euros entre 2010 e 2009!? Ou melhor de 2010 relativamente a 2009, uma quebra de oito milhões.

Portanto quando estamos com receitas previsíveis de cinquenta milhões, e vir falar para o ano em cento e vinte sete milhões, meus senhores isto não é... é tudo menos a realidade. Por isso não faz grande sentido estar a discutir as obras previstas no Plano, porque nós já sabemos, porque é assim que tem sido, apenas uma pequena parte irá ser concretizada. Porque só será possível concretizar uma pequena parte. E a esse nível seria muito interessante se nos fosse dado uma amostra de prioridades a dizer: havendo dinheiro é isto que nós queremos. Isto, mais isto, mais isto, mais aquilo. Uma lista de dez, de quinze, de vinte obras, que fossem a prioridade desta Câmara. Obras ou acções que fossem a prioridade desta Câmara para este ano independentemente de haver ou não haver fundos comunitários comparticipados.

Por isso eu, até quando ouvi há pouco o Senhor Vereador Miguel Fernandes a falar e a utilizar expressões como “verdade”, “realismo” na abordagem do Orçamento, deu-me um vaípe e fui reler a acta da reunião da Câmara para ver qual tinha sido o sentido de voto do Senhor Vereador!? Mas não, o Senhor Vereador votou a favor! Portanto não está nada preocupado com o afastamento que este Orçamento tem relativamente à verdade e ao realismo. Por isso não vou discutir as acções, vou discutir apenas números, apenas contas — e essa questão será aprofundada na segunda intervenção desta bancada. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (/PPD/PSD) [013](#)

Vogal António Salavessa (PCP) [014](#)

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [015](#)

“Boa noite. Antes de mais acho curioso a primeira pergunta que se poderia fazer era perguntar qual é a paternidade deste Orçamento? Porque o próprio Presidente Élio Maia diz que não é o nosso Orçamento! Então se calhar a primeira pergunta é de quem é este Orçamento?

Independentemente da paternidade do mesmo, é certo que é um Orçamento semelhante aos anos anteriores — semelhante, mas pior. Porque gera preocupações, nomeadamente nas reduções que faz. Uma das reduções que já foram proclamadas como sendo positivas, era a redução na área do sector empresarial!? O Bloco de Esquerda não é em princípio nem contrário nem a favor das reduções. Depende dos critérios. E tenho em consideração que até agora não ouvimos nenhum propósito para reduzir as verbas para o sector empresarial municipal, e não nos foi explicado como é que essa redução vai ser compensada? Não nos parece que seja uma política correcta. Aliás porque se há problemas de tesouraria no sector empresarial ele não vai desaparecer porque se reduz as transferências de verbas para as empresas municipais, pelo contrário, mantém-se, agrava-se. Se calhar não se nota, reduz-se aqui no Orçamento, esconde-se nas empresas e, portanto, nesse sentido não nos agrada nada.

E este Orçamento em geral não responde à crise. E não responde à crise porque o Orçamento também é feito de política e não existe política, nomeadamente uma política fiscal que promova o equilíbrio financeiro.

Já se falaram aqui das transferências por parte do Orçamento do Estado, e lá voltarei mais à frente. Nós avaliamos este Orçamento para 2011 com base na execução do Orçamento que foi feito na execução do Orçamento de 2010. E aquilo que nós verificámos no ano de 2010, foi os aumentos da água, aumento nos transportes, esbanjamento de dinheiro em terrenos, nomeadamente num caso que o Bloco já falou diversas vezes, de São Jacinto. Onde ainda está por explicar como é que se paga três vezes mais um terreno!? Três vezes acima do valor da sua avaliação. O terreno de São Jacinto avaliado em quatrocentos e quarenta mil euros foi adquirido por 1,5 milhões e euros!?

Estas políticas urbanas são desconexas, e que não promovem a participação cívica, e a ausência de políticas coerentes e corajosas na área do social e de habitação. E como dizia o Vereador Miguel Fernandes, “numa política virada para as pessoas” é precisamente aí que o Orçamento falha.

E se pensarmos nas transferências que o concelho vai receber por parte do Estado, que são cerca de 8,8 milhões de euros transferidos pela Administração Central, dos quais 3,5 milhões de euros são referentes à participação do IRS. Mas podia ser mais. Ou seja, se nós temos menos transferências para Administração Local também há responsabilidade por parte do Executivo, que deliberou que havia de receber 4,5% da participação variável e não 5%. Aliás todos os concelhos do distrito, quase todos os concelhos do distrito, optaram pela taxa de 5% — só Aveiro optou pelos 4,5%.

Isto é ainda mais curioso tendo em consideração que Aveiro é sem sombra de dúvidas o concelho do distrito de Aveiro com maior capacidade contributiva. Só para termos noção dos valores, o segundo concelho que tem um valor mais elevado aqui de Aveiro é o município da Feira e tem 2,7 milhões de euros. Aveiro tem 3,9 milhões de euros em contribuições para o IRS. E Aveiro tem um concelho de 73 mil habitantes e a Feira tem 147 mil, portanto não falta poder contributivo aqui em Aveiro — e é um desperdício não aproveitá-lo para os cofres do município.

Nesse sentido, Aveiro só com esse meio ponto percentual, perde quatrocentos mil euros em transferências para a Câmara.

Mas voltando à questão da política fiscal. É interessante que em termos fiscais os benefícios pendam sempre de forma contrária. Ou seja, em vez de beneficiar aqueles que deviam de facto ser isentos e deveriam ter algumas regalias pela sua condição social, a autarquia acha por exemplo que empresas que têm grandes volumes de negócios, também merecem isenções fiscais porque se vêm sediar no concelho!? Nomeadamente o caso também já falado pelo Bloco de Esquerda da Naval Ria. Obviamente que estamos a falar da Martifer. E se compararmos as situações fiscais com por exemplo outros mecanismos de arrecadar receitas, como é o caso dos Mercados Municipais, não haja dúvidas, ao obrigar os vendedores a ir para dentro dos mercados municipais, aquilo que está a fazer é obrigar a pagar uma coisa que não pagavam até esta altura. Portanto se eles estão lá fora não é por acaso, não é porque gostem de estar à chuva, é precisamente porque é-lhes difícil pagar para estar dentro do estabelecimento comercial.

E ainda sobre a Martifer. Só para termos a noção das disparidades políticas, a Martifer recebeu dois milhões, num total de um investimento de 7,5 milhões, através da agência de investimento e comércio externo em Portugal, ou seja fundos públicos. Consegue um contrato de construção navios em vinte dias para a Venezuela, e como se não bastasse, Aveiro acha que com todos estes benefícios ainda lhe devem isentar de IMT!?

E sobre a fiscalidade muito mais haveria a dizer, só que já vimos pelos pacotes que são aprovados nesta Assembleia, não se quer discutir fiscalidade nesta Assembleia. Não existe também uma política social de habitação, porque também mais uma vez não usa os

instrumentos fiscais ao seu dispor, o IMI. E nesse sentido o Bloco já tem uma proposta que visa corrigir essa situação. Políticas de mobilidade também não existem. Bastava o executivo remunicipalizar o serviço dos transportes e passava a ter indemnizações compensatórias por parte do Estado. É precisamente a justificação dada para não ser feito as transferências para o sector empresarial, essa é a justificação do Governo. Em vez disso avança para a construção da Movebus, por quinze anos concessionável, prorrogável por mais cinco anos. Um valor que segundo ouvi na imprensa, ronda os três, quatro milhões. Ora voltando atrás, se a autarquia requeresse para si os 5% da participação variável do IRS e não os 4,5, em cerca de oito a dez anos, tinha precisamente a receita que vai ter em quinze anos de concessão da Movebus. Ou seja, a Movebus podia perfeitamente não ter sido concessionada bastava aumentar meio ponto percentual na taxa variável do IRS.

Portanto não se venham refugiar nas contas porque tem completamente meios ao seu dispor para não assumir estas políticas. O aumento do preço da água resultante de uma política irresponsável, é semelhante àquela que parece que está a seguir o sector empresarial da mobilidade. Portanto se tivermos aumentos nas águas em função de empresarialização e da previsível privatização que poderão ocorrer no sector da água, também a MoveAveiro terá o seu mesmo caminho.

Também registamos com curiosidade que, de facto, aquele pretexto da Carta Educativa, da parceria para o parque de estacionamento, aquela parceria pública ou privada ainda hoje por compreender; fechou o concurso, não fechou concurso? Teve um concorrente, não foi adjudicado ao concorrente, tinha pressupostos completamente falsos como se está a ver. A Carta Educativa está a avançar com financiamento comunitário, aliás como já na altura defendia o Bloco de Esquerda.

Também não existe uma política de acção social em Aveiro. Existe apenas transferências para IPSSs. Ou seja, a autarquia não assume nenhuma responsabilidade na propulsão da política de acção social em Aveiro, no concelho de Aveiro. E eu gostaria de fazer uma pergunta em concreto em relação ao antigo estádio Mário Duarte, que neste momento está envolvido numa operação de leaseback, diga-se da responsabilidade do PS, do tempo do Alberto Souto (as responsabilidades morrem solteiras). Mas aquilo que eu perguntava é: tem vindo a público notícias de que era intenção que a extensão do Hospital pudesse ser por exemplo para a zona do antigo estádio, como é que estão salvaguardados os direitos de reaquisição do estádio em relação à entidade que faz a locação financeira, em relação ao banco que neste momento está a fazer o leasing? Quais serão as penalizações previstas caso a autarquia queira readquirir o estádio antes do fim do contrato? E já agora, qual é a data desse fim de contrato de leasing? Vocês fizeram um contrato de leasing, sabem perfeitamente, o PS sabe perfeitamente o que é que fez. Foi uma engenharia financeira para gerar receita para depois pagar uma renda que sai muito mais cara no fim.

E portanto outra pergunta que também gostava de fazer muito concreta era em relação às receitas do IMI. Não se prevê, não há nenhuma oscilação nas receitas do IMI? Quando foi aprovado um pacote fiscal, diziam que iam ser agravadas em 30% as casas degradadas. Não encontraram nenhuma casa degradada? Fizeram o levantamento? Não fizeram o levantamento?

Bom, o ponto mais importante que me parece salvar este Orçamento são as transferências para o sector empresarial local. Como é que se faz uma redução em relação ao Orçamento de 2010 de 4,5 milhões para 1,3? Não vai ter consequências? Que plano é que está associado a isto? A única coisa que nos chega, são reduções nas verbas das transferências. Qual é a política que traz por trás disto? É privatização? Aumento dos preços?"

Vogal Rafael Nevado (CDS-PP) [016](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [017](#)

Vogal Rafael Nevado (CDS-PP) [018](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [019](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos aqui mais uma vez nesta sessão anual, como o Senhor Presidente disse é muito importante, mas que de há uns anos a esta parte se tornou num exercício de masoquismo colectivo, que se vem a repetir. Que se vem a repetir!

Isto porque é-nos aqui proposto aqui um Orçamento ou um pretenso Orçamento, que toda a gente sabe que não é real!? Toda a gente sabe que não é para cumprir. Toda a gente discute, toda a gente representa (nas palavras do nosso colega Salavessa) uma farsa.

Eu acharia que não é uma farsa. Eu acharia que é uma tragédia aquilo que nos vem a acontecer. Aqui há uns anos ainda houve um assomo de honestidade ou de tentativa de honestidade do executivo que tentou respigar do Orçamento que nos é apresentado o Orçamento real.

Hoje não! Hoje apenas nos foi dito: “meus senhores, estamos aqui a apresentar um Orçamento, os meus Vereadores todos dizem aquilo que vão fazer ou que pretensamente vão fazer, mas este não é o nosso Orçamento.”

Então este é um Orçamento que não se sabe de quem! É um Orçamento que certamente nos foi imposto por alguém que efectivamente nos obriga a fazê-lo. Não tem pai. É um Orçamento sem pai nem mãe.

Mas também não tem pai nem mãe, nem tem qualquer objectivo, porque de facto (e lá iremos) não existe qualquer objectivo estratégico de quem esteja a presidir ou tenha como linha condutora deste Orçamento a Câmara. Como eu estava a dizer, aqui há uns anos ainda houve essa habilidade de tentar respigar aquilo que é o Orçamento real. Mas isso acabou. Era uma medida de transparência que efectivamente se viu que não dava bons resultados de facto. Este Executivo é avesso à transparência. Tudo o que seja transparência causa-lhe urticária, comichões e obviamente nós também não queremos contribuir para isso.

Temos de nos convencer de uma coisa: a Câmara Municipal de Aveiro está em grandes dificuldades. Não diria que está falida porque nos dias de hoje dizer que está falida é mau, até porque nós sabemos as consequências que isso tem para os órgãos, mas está em grandes dificuldades! Está em grandes dificuldades e basta pensar no problema das empresas municipais e nas grandes transferências que a Câmara tem de fazer para as empresas municipais para elas ao menos ficarem legais — legais em termos fiscais. E é preciso também lembrarmo-nos que há bocado houve um Senhor Deputado que falou das dívidas. Das dívidas da REFER, enfim. Mas não ouvi ninguém falar por exemplo dos subsídios extraordinários ou das receitas extraordinárias que advieram da concessão das águas no passado e neste ano!?

Para o ano estaremos aqui outra vez a participar todos nesta tragicomédia! Mas para o ano não vai haver essas transferências. E para o ano o Orçamento vai ter que conter as amortizações da dívida dos cinquenta milhões de euros.

E se este ano, efectivamente, as receitas totais da Câmara que andarão por qualquer coisa à volta de quarenta e cinco milhões de euros (mas já não dão para mandar cantar um cego), certamente serão escassas, inclusivamente para satisfazer os compromissos mais ingentes da Câmara, nomeadamente o pagamento ao seu pessoal.

Que é que vai acontecer para o ano? Ou seja, onde é que está um fio condutor, uma visão minimamente estratégica desta Câmara traduzida neste Orçamento e neste Plano de Actividades, para resolver o problema fundamental da Câmara? Que não fica resolvido! Está claro que a maioria vai aprovar o Orçamento. Vão fazer uma festa. Amanhã vai sair

nas notícias que a Câmara mais uma vez tem o Orçamento de cento e não sei quantos milhões de euros. O Senhor Presidente da Câmara pode dizer trinta vezes, mas não é de cento e vinte e tal milhões de euros, era só de cento e treze e não sei quantas mais! Mas cento e treze milhões!? Estamos a brincar às casinhas ou quê? Andamos a brincar aos Orçamentos? Se tirassem os tais treze milhões ou lá o que é, ou onze milhões da REFER, já ficava a ser um Orçamento real? Por amor de Deus não brinquem com a gente! Pensem! E a Câmara tem a responsabilidade de o fazer. Porque é para isso que foi eleita. Tem de cuidar dos interesses dos aveirenses e cuidar dos interesses dos aveirenses é ter uma postura realista e uma postura de não empurrar as dificuldades para a frente com a barriga. Tem de tentar resolver os problemas. Tentar arranjar um rumo. Tentar dar nestes instrumentos fundamentais, uma governação ao município. Dar ao menos a entender que existe alguma coisa subjacente, que há medidas que podem permitir que no futuro isto não acabe mal. Porque aqui fica o meu contributo: da maneira que isto vai, isto vai acabar muito mal!

Plano de Actividades... tretas! Tretas! Porque no Plano de Actividades diz-se “vamos pôr dois paralelos numa rua, vamos melhorar a sanita dos serviços não sei quantos, e vamos fazer um investimento numa escola”. Depois não se faz o investimento na escola, mas puseram-se os dois paralelos e consertou-se a sanita e então diz-se “nós cumprimos dois terços daquilo que tínhamos previsto no nosso Plano de Actividades”.

Estamos todos a brincar às palavras!? Estamos todos efectivamente a participar numa tragédia que até nos faria rir se não fosse tão trágica. Salva-se ao menos as fardas, as potenciais fardas para os funcionários da Câmara!

E já agora Senhor Presidente, uma vez que existe tanto dinheiro assim disponível, nomeadamente para fardas, que eu acho muito bem, porque não o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também exigir que nos seja distribuída uma farda, até porque nós como membros da Assembleia Municipal devíamos ser distinguidos na rua e toda a gente olhava para nós com outro respeito se nós tivéssemos uma roupa distintiva que nos distinguisse do comum dos mortais. Roupa? Farda? Acho muito bem. Eu acho muito bem. Agora esta Câmara ainda não teve dinheiro para mandar substituir os cartões dos membros desta Assembleia Municipal que já estão caducados há dois anos! Sim, que já estão caducados há dois anos. Imaginem agora ter dinheiro para fardas. E de preferência, Senhor Presidente, já agora, para pôr um ponto e para desanuviar este ambiente trágico que é este Orçamento e este Plano de Actividades, já agora que a farda seja da Armani, que ao Senhor Presidente ficar-lhe-ia sempre muito bem. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) [020](#)

Vogal João Pedro Dias (BE) [021](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [022](#)

Vogal António Salavessa (PCP) [023](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [024](#)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) [025](#)

Vogal Paulo Lobo (CDS-PP) [026](#)

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [027](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Eu começava por fazer uma pergunta ao Vereador Pedro Ferreira. Como estamos em tempo de vacas magras, acho que esta pergunta deve ter uma resposta. Como é do conhecimento não vamos ter a passagem de ano com fogo-de-artifício e animação no Rossio — fugiram os patrocinadores, o que lamento! Mas eu alertei atempadamente que isto poderia acontecer.

No ano passado houve um patrocinador, que este patrocinador também patrocinou uma tenda na Praça do Peixe, mas este ano vamos ter duas tendas na Praça do Peixe. Eu pergunto, só pergunto: neste tempo de vacas magras, estas tendas vão ser isentas de taxas e licenças?

E agora se me permitem, queria falar um bocadinho sobre o Orçamento de 2011.

Falou-se aqui do seminário sobre Orçamento Participativo. Eu tive o prazer de assistir. Assisti e lamento a muito pouca participação. Neste seminário ouvimos um professor dizer que a democracia tinha que ser reinventada; ouvimos um representante de uma Câmara dizer que tinham disponibilizado cinco mil euros para um projecto para os jovens; e ouvimos um Presidente de Junta de uma Freguesia com cinco mil habitantes a falar da promoção da sua freguesia, pela beleza das quintas e casas senhoriais no Alto Minho. Interrogo-me?! Penso que positivamente que este seminário serviu e muito bem, para o coordenador do projecto o apresentar no seu mestrado, no seu estudo.

Porque fez-se um seminário do orçamento participativo para o concelho e pela primeira vez os Presidentes de Junta não foram ouvidos! Se calhar também não era preciso. É que chegamos à conclusão que as delegações de competência por freguesia não foram aprovadas — por esquecimento acredito. O Orçamento apresentado assim o confirma. Isto é um Orçamento que a partir daqui pode ajustar-se e reajustar-se. No entanto reconhecemos a boa vontade do Senhor Vereador Eng.º Carlos Santos. Mas contra factos não há argumentos. A realidade é explícita. Obrigatoriamente os valores para as freguesias em delegações de competência têm de ser aprovados por freguesia e não como aqui está. Os senhores sabem que é assim e sempre foi assim.

Chegando aqui, aproveito para lembrar o Senhor Eng.º Carlos Santos, que lhe enviámos em devido tempo um ofício a perguntar porque não fomos contemplados na Vera-Cruz com um aumento de valores para os passeios, manutenção dos tanques e pavimentações? Como achamos que vai voltar tudo ao princípio poderá fazer-se essa revisão. Não devem ser sempre os mesmos a levar muito para passeios e pavimentos e outros a serem esquecidos. Alguma coisa falhou na composição deste Orçamento, principalmente nas Delegações de Competências.

Neste momento, perante a Lei, nenhuma Freguesia do concelho pode aprovar Delegações de Competências reais, sem estas serem aprovadas pela Câmara e rectificadas por esta Assembleia Municipal.

Chamamos mais uma vez a atenção que no Orçamento do ano de 2011, os valores disponibilizados por Freguesia não estão descritos. Obrigado.”

Presidente da Mesa [028](#)

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [029](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. A minha intervenção é no sentido de aplaudir a decisão da Câmara de aumentar as transferências e as Delegações de Competências para as Freguesias. Como já foi dito e é nosso entendimento, são as Juntas de Freguesia que mais próximas do cidadão, melhor lhes entendem os problemas e maior capacidade de intervenção têm e como também foi dito por vezes conseguem preços mais baixos e são mais eficazes na resolução dos problemas.

Queria também referir os investimentos de grande importância social e gostava de sublinhar a grande importância social do investimento que é o Car-Surf para São Jacinto e o Porto de Abrigo para os pescadores. Por último também gostaria de aplaudir a decisão da Câmara ter definido em 4,5% a participação variável do IRS. Parece-me uma grande atitude e de respeito para com quem trabalha.

Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Marques Pereira (PS) [030](#)

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Gostaria de felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter aumentado as Delegações de Competências às Juntas de Freguesias. É um sinal de respeito e de confiança que o Executivo demonstra aos seus autarcas, pois como instituição mais próxima do munícipe poderão assim responder com mais rapidez às solicitações e problemas que surgem no dia-a-dia.

Por outro lado responsabiliza mais as Juntas de Freguesia. Mas Sr. Presidente, foi precisamente com o objectivo de trabalharmos mais e melhor que abraçamos esta causa de forma a satisfazer os anseios da nossa comunidade.

Contudo ainda há muito por fazer. Espero que no próximo ano se possam criar novas Delegações de Competências, como por exemplo taxas de ocupação de via pública, publicidade, sinalética, número de polícia, tudo aquilo que possa facilitar a vida ao cidadão.

Há cerca de 30 anos que sou autarca e posso afirmar que o senhor Presidente foi o mais audaz neste âmbito — talvez fruto da sua experiência do passado como autarca de uma freguesia.

Espero que os Centros Educativos possam ser uma realidade no próximo ano. E espero que as crianças de Santa Joana possam no futuro ter escolas com outra qualidade que as actuais não possuem.

Também vejo que o Executivo irá melhorar a rede viária que se encontra muito debilitada.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) [032](#)

Vogal João Barbosa (PS) [033](#)

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) [034](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [035](#)

Vogal Francisco Picado (PS) [036](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [037](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [038](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [039](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) [040](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [041](#)

Presidente da Mesa

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [042](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [043](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento: [044](#)

“Senhor Deputado, eu para respeitar a sua vontade apetecia-me responder-lhe “Lei do Enquadramento Orçamental”. Mas como tenho um bocadinho mais de bondade do que a bondade do pedido de esclarecimento apresentado, eu até lhe leio o artigo que trouxe para que não restassem dúvidas sobre isso. E já agora, eu que nunca venho com computador, mas desta vez teve que ser «as receitas previstas devem ser suficientemente especificadas de acordo com uma classificação económica» e depois a Lei, depois, faz a previsão do que é a classificação, etc. É evidente que a rubrica ‘Outros’ faz parte também da classificação económica. Mas o sentido do princípio da especificação é evidente que não pode. Porque se não fazia-se assim: Receitas, Outros - cento e vinte e sete milhões. Despesas, Outros - cento e vinte e sete milhões. E estava o Orçamento feito.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [045](#)

Vogal Romana Fragateiro (PS) [046](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [047](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [048](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [049](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [050](#)

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento: [051](#)

“Senhor Presidente, eu pedi a palavra com dois objectivos, para um protesto, e para um pedido de esclarecimento. Em relação ao protesto, eu quero protestar o facto do Senhor deputado Olinto Ravara, chegando tarde a esta Assembleia e tendo-lhe sido concedida a palavra com carácter excepcional, se permita uma intervenção em que faz juízos sobre os trabalhos que decorreram até este momento sem a eles ter assistido. Acho isto inaceitável. Posto o protesto, o pedido de esclarecimento. O Senhor Deputado ouviu, mas nenhum dos seus colegas o informou acerca das afirmações que o Senhor Presidente da Câmara aqui, sem querer ser textual, deixava bem claro que este não é um Orçamento real. Não é real. Sendo tecnicamente correcto não é real. Não tem assento na realidade das contas do município.

Segundo pedido de esclarecimento é que quando se pode projectar receitas reais entre os cinquenta e os sessenta milhões de euros no próximo ano, e tendo 17,17 milhões de serviço da dívida; 14,7 milhões de Despesas de Pessoal; e 23 milhões de Aquisição de Serviços; onde é que vai arranjar dinheiro para esses sonhos aqui propostos que o Senhor Deputado falou.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 32 Regimento: [052](#)

“Vou ser muito breve. Eu ressalvei na minha intervenção que não tinha ouvido as intervenções dos deputados do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista. Acho que fui claro. Portanto eu reporteimei-me às intervenções do Partido Socialista, que foram as intervenções que eu ouvi.

Relativamente à questão do Orçamento irreal. Ninguém disse que este era um Orçamento real! Ninguém disse que é um Orçamento real. Agora, este Orçamento incorpora o impacto extremamente negativo de um conjunto de encargos plurianuais que já vêm de trás. Ponto final. E eles sabem muito bem do que eu estou a falar.

A taxa de execução, necessariamente, com o Orçamento deste tipo, será baixa. Ainda que tudo o que se possa propor seja cumprido, a taxa de execução, quando há esta margem, quando há este impacto, nunca poderá ser de 100%, mas nós não estamos preocupados com isso. Não é com a percentagem da taxa de execução — a qualidade daquilo que é executado é fundamental.

Relativamente de onde é que vem o dinheiro? Precisamente das rendas e está em “Outros”.”

Vogal Nelson Peralta (BE) [053](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [054](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [055](#)

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP) [056](#)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos [057](#) para além da meia-noite, nos termos regimentais.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [058](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [059](#)

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, eu gostaria realmente de começar por realçar que este Orçamento é um Orçamento com valores muito inferiores àqueles que nós temos

vindo a aprovar nesta Assembleia Municipal nos últimos direi, catorze anos. Nos últimos catorze anos. Porque o que é um facto é que de há catorze anos até há seis anos para cá, aquilo que nós assistíamos eram Orçamentos que empolavam Receitas para poderem realizar Despesa.

Aquilo que nós fazemos hoje, de há seis anos para cá, é exactamente o contrário. É procurar imaginar um conjunto de Receitas para fazer face à dívida que por Lei temos que plasmar no nosso Plano Plurianual de Investimentos e nas Grandes Opções do Plano.

Se não vejamos. Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara porque razão é que tenciona gastar 8,5 milhões de euros no prolongamento da Avenida Dr. Lourenço Peixinho? Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara porque é que tenciona gastar dois milhões de euros na passagem superior da Quinta do Cruzeiro? Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara porque é que quer gastar meio milhão de euros, nos terrenos para implantação do Parque de Feiras? Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara porque é que quer pagar setecentos mil euros de requalificação urbana e infra-estruturas do concelho, de obras que já foram feitas em 2003? E por aí adiante...

Eu posso-vos dizer quais são os números das páginas onde estão identificadas todas estas despesas, que no total (eu tenho-as aqui todas) só por não cairmos na exaustão devido ao adiantado da hora é que eu não vou dizer. Mas há despesas, como por exemplo o leasing e leaseback na página 41 de 3,6 milhões de euros. Não sei porque é que o Senhor Presidente quer continuar a pagar o leasing e o leaseback de 3,6 milhões de euros e ainda por cima não vai pagar tudo este ano, porque ainda tenciona pagar mais 18,5 milhões de euros para os próximos anos (vejam isso na página 41).

Eu gostava de saber também porque é que o Senhor Presidente da Câmara quer continuar a pagar 4,7 milhões de euros de terrenos e ainda por cima pagar depois nos anos seguintes mais dois milhões de euros.

Eu não sei porque é que o Senhor Presidente da Câmara quer continuar a pagar mais instalações de construção, conservação e remodelação de edifícios no valor de trezentos mil euros. Ou seja, as verbas são tantas que eu posso-vos agora abreviar e dizer quanto é que dão. Somando tudo, dão 33,5 milhões de euros!?

Ou seja, só contabilizando nas Grandes Opções do Plano, a coluninha que diz “início” e só contabilizando o início de 2003 e de 2004, nós chegamos ao valor de que neste Orçamento para 2011 estão contemplados 33,5 milhões de euros do total de 69 milhões de euros dizem respeito às GOP. Ou seja, 50% das opções da Câmara são na realidade opções de quem? Dos senhores, que agora querem votar contra! Querem votar contra! Dizem que nós não devemos pagar estas obras? Dizem que nós não devíamos pagar esta despesa, porque nesta despesa ainda não estão depois contempladas outros pequenos fornecedores e outras coisas assim?

E depois e de vez em quando, recebemos esse role ainda de despesas que ainda não estão a ser pagas. E por isso, aquilo que quando se diz que realmente este Orçamento é uma farsa, não. Este Orçamento não é uma farsa é uma tragédia, como aqui já foi dito. É uma tragédia.

Mas é uma tragédia. Mas não é só uma tragédia deste ano. Tem sido uma tragédia nestes últimos anos e por isso é que eu volto ao início da minha intervenção quando realço e louvo o esforço que esta Câmara tem feito para estar a diminuir o valor do Orçamento.

E por isso, neste momento, o Orçamento apresentar o valor de cento e vinte sete milhões de euros. Sabendo nós que nos caiu neste último ano uma dívida vinda da REFER e que nós vamos ter que pagar, no valor de catorze milhões de euros.

E pronto e é isto que nos condiciona. Condiciona toda a nossa actividade. Eu não sou tão pessimista como o Dr. Salavessa que diz que nós vamos para o ano ter um Orçamento que não rondará os cinquenta milhões de euros, que será abaixo disso. Vai ser superior. Eu estou convencido que e como diz o Senhor Presidente da Câmara, nós em Abril de 2012

estaremos cá, espero que sim, que todos possamos estar cá, para poder então aqui ver quem tem razão ou não. Mas parece-me e pelas contas que posso fazer e das expectativas de receita que um Orçamento realista andar­á pelos 70 milhões de euros e que poderá chegar eventualmente aos oitenta milhões de euros se nós formos bem sucedidos nos projectos co-financiados.

Se houver um bom sucesso de projectos co-financiados, nós podemos ter uma execução Orçamental dos 63%. Dizem assim, é pouco. Devia ser mais! Bom, se calhar é.

Há expectativas de conseguirmos mais receitas? Se calhar há. Agora a expectativa de como diz o Senhor Presidente da Câmara é que nós possamos cumprir os compromissos assumidos. Possamos identificar esta Câmara Municipal de Aveiro como uma pessoa de bem, com respeito pelos cidadãos, em que se comprometeu a que não houvesse aumento nem do IMI, nem das Taxas, e cumprir porque foi isso que se comprometeu perante os cidadãos. E acho que é importante nos termos aqui compromissos de honra de que realmente aquilo que nós prometemos é aquilo que nós cumprimos face às dificuldades. É verdade, era apete­cível aumentarmos as taxas. Era sim senhor. Era apete­cível aumentar o IMI. Era sim senhor. Não o devemos fazer? Não. Não o devemos fazer e ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara tem justificado esta política de verdade, de coerência, ao longo dos últimos anos, quando diz que a prioridade são os projectos participados. São projectos aos quais nós concorremos por isso fazem parte das nossas expectativas de realmente de melhoria do nosso município. E por isso devemos apostar nestes projectos. Devemos acreditar nos projectos participados não só pelo problema financeiro, mas também que nós acreditamos que esses projectos são estruturantes para Aveiro. Aos mais variados níveis, desde os projectos sociais do programa “PARES” e de outros programas do género que nós devíamos continuar a incentivar as nossas Instituições a concorrerem a esses programas ou até outros programas mais de requalificação urbana, como o Parque da Sustentabilidade — que devemos apostar fortemente nele.

E por isso, estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento, que nós temos perante nós, é um Orçamento e um Plano que dignifica Aveiro. Que dignifica todos os aveirenses. Que faz de nós pessoas de bem. E por isso, em nome do PSD posso dizer que é com toda a convicção que nós vamos votar favoravelmente este Plano e Orçamento. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal Raul Ventura Martins)

Vogal Nelson Peralta (BE) [060](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32do regimento: [061](#)

“Nem é tanto para um pedido de esclarecimento, é mesmo para um protesto. Não quero ser prima-dona, a sério, não quero ser prima-dona. Mas incomoda-me a argumentação do “pessoa de bem.”! Porque as pessoas de bem, votaram a concessão dos Serviços Municipalizados por meia dúzia de tostões!? Tivemos aqui o antigo administrador a dizer que valiam três vezes mais que o valor proposto!? As pessoas de bem, aprovaram uma parceria pública /privada, que ainda nem sequer foi a concurso, para trocar as escolas com um estacionamento!?”

E quer dizer, eu na altura fiz todas as considerações sobre isto e não me quero alongar sobre isto, mas chateia-me o registo das pessoas de bem! Chateia-me, fico chateado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [062](#)

Da Câmara Municipal

Vereadora Ana Neves: [063](#)

“Boa noite. Para responder à questão que o Senhor Deputado me colocou relativamente à redução do Orçamento na rubrica com Pessoal. Efectivamente este Orçamento reflecte

uma preocupação de poupança. E decorrendo de várias situações, elas têm uma variação negativa. Ou seja, reduz em cento e cinquenta mil novecentos e oitenta euros os valores com Pessoal. Simultaneamente este Orçamento incorpora (e portanto cresceu por várias razões), por várias medidas de precaução, nomeadamente por exemplo a que o Dr. Pedro Ferreira falou, tem a ver com a possibilidade de recebermos trabalhadores que decorrem de Delegações de Competências do município na área da Educação, com pessoal não docente.

Gostava já agora também de falar algo que decorreu da nossa actividade específica de contenção.

A operação de saneamento pede uma redução de seis mil quatrocentos e sessenta /ano — e ela está espelhada no Orçamento se verificarem. E ao nível das horas extraordinárias e ajudas de custo, gostaria de dizer que nós temos realmente este ano grande mérito nessa redução uma vez que conseguimos reduzi-lo em cerca de 35% face ao ano anterior (e estou a falar de baixa de execução orçamental). E pronto era isto que eu gostaria de dizer.”

Vereador Miguel Fernandes: [064](#)

“Breves palavras, vamos adiantados na hora. Só para agradecer as palavras do Senhor Deputado Paulo Lobo, quanto aos projectos que aqui anunciámos. Eles visam, como disse inicialmente, um objectivo que é eminentemente social. E contrariamente a algumas vezes que aqui passaram hoje, a Câmara tem que se centrar num contexto de particular dificuldade para as pessoas. É isso que de uma forma modesta iremos tentar executar no próximo ano com o próprio Estabelecimento Prisional de Aveiro, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e outras entidades que se associem à Câmara no âmbito destes projectos.

Quero também agradecer de forma penhorada a Nelson Peralta, porque parece que finalmente estamos de acordo em alguma matéria. E parece que concorda finalmente com algumas ideias defendidas pelo CDS. Dar o meu convite Senhor Deputado, para o próximo ano se calhar está filiado noutra partido e se calhar no nosso.

Bom, para terminar eu gostaria muito francamente que a forma jocosa como aqui foi tratada a questão do fardamento. Eu penso que os Senhores Deputados serão pessoas adultas, são pessoas cultas, e acima de tudo são pessoas inteligentes. Eu quero aqui recordar um episódio passado em Julho de 2007, em que era então Vereador do PS o Dr. Marques Pereira, que tanto implicou com o Vereador Pedro Ferreira a propósito dos coletes fluorescentes da Moveaveiro e que foram motivo não de capa mas de páginas de jornais por causa da indignidade, da humilhação, e que toda a gente nesta Assembleia muitas vezes criticou, venham agora gozar com a tentativa desta Câmara de dignificar as funções dos funcionários desta casa. São funcionários públicos que estão aqui em causa, são pessoas que representam uma instituição que é pública. E portanto, eu penso que pessoas que vêm vestidas à civil que não dignifica a imagem de uma Câmara. Eu penso que por esse caminho nós não devemos ir e portanto chamava a vossa atenção para isso e nem sequer questiono a parte da Polícia Municipal, porque é um imperativo legal e autoritário. Portanto fico-me por aqui. Muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira: [065](#)

“Dizer agora bom dia, há bocado foi boa noite, agora bom dia. Tentar responder a algumas das questões que foram aqui colocadas e alguns comentários, que me parecem pertinentes. O Partido Comunista Português falou aqui da questão dos cortes. Para além destes cortes que foram efectivados em termos de Orçamento de Estado, quer no ano passado, quer deste ano, que é previsto para 2011, nós fruto da própria Lei de Financiamento das Autarquias Locais, já temos prevista a redução devido à diminuição da

carga fiscal que o Estado tem ao nível dos seus impostos. Portanto é mais uma afectação. Há bocado o Senhor Presidente falou da questão da REFER, julgo que foi o Manuel Coimbra e o senhor disse que isso agora este ano há uma REFER a seguir há outra. Não estamos a falar de 1% do Orçamento! Estamos a falar de 11%.

Portanto não é uma coisinha pequenina, é de facto um valor acentuado. Mas eu gostava de falar a seguir sobre a questão da REFER que eu acho que isso é importante, apesar de termos que fazer as coisas correctamente, mas já falamos porque houve aqui pessoas que falaram de clareza e de transparência e eu acho que temos que falar um bocadinho sobre isso.

Em relação ao Bloco de Esquerda, muito bem, há aqui algumas contradições. Mas que eu vou tentar não contradizê-los e corrigi-los, porque são opções vossas e, portanto, não vos vou contradizer as vossas opções.

Agora não se pode analisar o Orçamento e depois tirar uns pontinhos e tentar a partir daí deduzir uma data de situações sem ver o global.

As empresas municipais pela primeira vez, e eu depois de todas as discussões que aqui existiram, gostava de facto que tivessem visto o documento como um documento diferente do que tem sido nos outros anos. Este documento tem algumas realidades diferentes, bem mais interessantes, para quem pretende depois fazer o controlo financeiro da Câmara. Mas tem essencialmente uma coisa em relação às empresas municipais que é ‘controlo’. Está claro aqui, o que é que está previsto em termos de empresas municipais, ser aquilo que se diz “consolidação de contas”. Isto é: os prejuízos indicativos que nós temos que vão existir em 2010 e que teremos que suportar em 2011, que são o tal 1,3 milhões de euros, estão depois divididos pelas áreas de intervenção de cada entidade, as transferências relativas. Por isso é que está o TEMA na parte da Cultura; por isso é que a Moveaveiro tem uma parte de Acção Social, que são os passes sociais que nós atribuímos; que tem uma parte relativa a transportes escolares que está na parte da Educação.

Isso chama-se fazer controlo e ter a percepção do que as empresas andam a fazer. Portanto senhores deputados, isto não tem nada a ver com privatizações! Tem a ver com maior controlo que os senhores tanto falam. Tanto falaram.

E falou-se aqui de que a gente atribui valores às empresas sem saber os Planos e não sei quê. Isto são reuniões que temos com as empresas. Se me dizem assim: – aí eu gostava muito que tivesse aqui os Orçamentos das empresas. Excelente. Falamos aqui não sei quantas vezes de Lei — mostrem lá onde é que isso está na Lei? Mostrem!

Eu gostava e gosto e espero e luto todos os dias e a gente já vai falar das boas práticas. É porque nenhum dos senhores ouviu aquilo que eu disse! Nenhum dos senhores ouviu o que eu disse na intervenção. “Gestão e Planeamento Financeiro”, aprofundar o acompanhamento do Planeamento Financeiro das Empresas Municipais previsto para 2011. Os senhores não ouvem, mas pronto é normal, cada um tira as ilações que quer.

Segunda nota que lhes queria transmitir, a relação das questões das isenções de IMI e de IMT. Aquilo que nós aqui atribuímos, que vem a esta casa decidir, nós não nos lembramos, trazemos aqui propostas concretas, com razões. Num país que tem seiscentos mil desempregados, o Concelho de Aveiro e o município através da sua Câmara Municipal tem procurado manter o emprego. Gostava muito que fossem aos dados do INE e vissem a diferença daquilo que é o Concelho de Aveiro em relação aos Concelhos à volta em relação à fixação de pessoas e em relação à fixação de empresas. Basta-me simplesmente ver isso e ver o que é que é de facto política fiscal.

Os senhores falaram, que nós trouxemos há um ano atrás um pacote para quatro anos de fiscalidade e vêm-me dizer que não há política fiscal? Enfim.

Agora, desafio-vos por uma razão muito simples, os senhores propuseram que o IRS passasse para a carga máxima!? Proponham isso aqui e vamos votar. Se o Bloco de Esquerda defende de facto o aumento de impostos para as pessoas, no ano em que todos

os impostos vão aumentar para toda a gente, façam-no! Proponham aqui e vamos ver os partidos se de facto são de esquerda ou não são de esquerda.

Uma última nota em relação à Acção Social, porque acho que é importante. Primeiro Senhores deputados, temos uma perspectiva muito diferente em relação à acção social. Para os Senhores, acção social é despejar recursos e dinheiros da Câmara directamente nas pessoas. Nós achamos que não. Este trabalho tem que ser um trabalho em rede, um trabalho com as IPSS que trabalham no local, que têm muito mais sabedoria do que qualquer outro instituto público que o país tenha em relação a esta matéria. E portanto, nós temos que trabalhar com essas pessoas, mas dizer-vos o seguinte: estão aqui projectos de carácter municipal e de outras entidades do Estado, não é só com IPSS. Portanto há muito dinheiros da Câmara não só em acção social como vocês a vêem, mas também em habitação social, mas também em acção social escolar — porque nas escolas também se faz acção social, etc. Portanto acho que temos visões diferentes. Exponham a vossa visão, mas não venham dizer que há aqui pouco dinheiro porque tem muito dinheiro para acção social escolar, em habitação social, tem aqui muito dinheiro para isso.

Em relação ao Partido Socialista houve aqui um Senhor Deputado que fez nove minutos de intervenção, em que eu só percebi a intervenção dele no final. E percebi que queria um cartão!?! Porque nove minutos em que um documento que demorou e demorou tempo a fazer, não é tudo mau e é tudo não sei quê. Não é tudo mau, ainda por cima ele votou favoravelmente Orçamentos com execuções um bocadinho diferentes, se calhar piores que estas. Mas acho que não é assim que se discute. Para isso, de facto, virmos aqui e levantamos a mão não chega. Acho que discute-se um documento que tem as suas partes boas, tem as suas partes más, mas tem aqui muitos objectivos positivos e muito trabalho de muito boa gente.

Senhor Presidente da Junta, Sr. João Barbosa (foi-se embora). Ficámos todos a saber quem ia pagar as taxas. Quem convida normalmente paga — e ele convidou-nos, vai ser ele a pagar com certeza as taxas não é? Acho que isso é o correcto.

Mas como é óbvio parece que criámos aqui uma grande celeuma em relação às Delegações de Competências. Deixem-me dizer-vos isto e fazer aqui algum historial em relação a este assunto. No passado, os critérios eram assim-assim entre todas as Juntas — eu dou-vos um exemplo na questão da limpeza das valetas. Havia Juntas que recebiam vinte e cinco cêntimos, havia Juntas que recebiam trinta e cinco cêntimos, por metro linear. Com este Executivo o critério em todas as matérias é igual para todas! Igual para todas. Portanto é só fazer as Contas em relação aos valores e ver. É muito simples. Transparência é isso. É existirem critérios iguais para todas as Juntas. Não há discriminação em relação a nenhuma. Se está aqui o valor global é isso que tem que saber. Nós temos que saber o valor que estamos a transferir em relação a coisas. Os Senhores Presidentes (ouvem-se vozes)... está errado, as Juntas não são todas iguais. Têm um critério por metro linear das valetas; tem um critério por um valor em termos de número de turmas; tem um critério em termos do número de metros de construção de passeios que é proposto pelas Juntas; têm um critério em termos de área verde que fazem o trabalho. Tem critérios para tudo, não é igual para todos, as Juntas não têm todas o mesmo tamanho — pronto, mas isso as Juntas sabem. Acho que está muito claro em relação à transparência que existia antes, em que os critérios eram diferentes e critérios que agora todos conhecem, todas as Juntas sabem quais são os critérios.

Em relação a uma outra nota que foi aqui dada. Que é: cabe tudo no Orçamento. Ele é feito para caber tudo. Dar-vos uma nota: a gente de facto podia fazer um Orçamento mais pequeno, normalmente isso aconteceu muitas vezes ao nível do Estado Central — chama-se “desorçamentação”. Depois dá aqueles buracos na Saúde que a gente vê e buracos a crescer na Saúde que agora temos que ir tapar. Isso chama-se “desorçamentação”.

Se quiserem também o fazemos! Mas isso sim é ilegal e isso nós não o fazemos. Não o fazemos. Mas dizer-vos outra coisa: não está aqui tudo. Está aqui de facto aquilo que tem neste momento candidaturas em curso ou que está aprovado ou o que está feito e está para pagar. Não tem aqui coisas que estão em projecto. Por isso é que estão aqui valores para projectos. Por isso é que nós temos só aqui sete escolas afirmadas, apesar de podermos candidatar as outras porque as temos em projecto, percebem?

Se não íamos criar aqui um Orçamento de trezentos ou quatrocentos milhões, porque a gente tem um projecto. Mas não, de facto isto é um Orçamento, nesse aspecto tem muito real e muito concreto.

Agora em relação ainda às escolas a Senhora Presidente de Junta “eu ainda não cheguei ao Brasil” por isso, não é Senhora Presidenta. Mas Senhora Presidente da Junta de Esgueira, dizer-lhe isto: o Centro Educativo de Esgueira era uma escola, estávamos a fazer o projecto para a incluir agora nesta fase e foi-nos indicado pela Direcção Regional que o projecto iria ser feito ou iria ser executado de outra forma pela DREC. Portanto nós estamos à espera da solução da DREC para esse Centro Educativo.

Quanto à questão da aquisição de viaturas, não pude fazer a pergunta, faço-lhe agora: julgo que estava a falar de mil euros que estão numa GOP, relativamente à Divisão de Serviços Gerais? Se for isso, nem sequer tem a ver com viaturas, tem a ver com equipamentos para a Divisão de Serviços Gerais. As viaturas estão em noutra parte e estamos a falar de aquisição viaturas em renting.

Só queria dar-vos uma nota, independentemente da execução. A redução mínima da dívida será de oito milhões de euros — é isso que está. Com as despesas mínimas, com as receitas mínimas que podemos ter, com os IMI no mínimo e IMT no mínimo etc., no mínimo teremos uma redução de dívida de oito milhões de euros.

Uma última nota porque nós não somos “transparentes”; não é “concreto”; “clareza”; “desculpabilização”.

Eu só vos queria dar esta nota em relação ao protocolo da REFER, ao tal malfadado protocolo da REFER. Esse protocolo Senhores Deputados, como diz a Lei (e diz a Lei há muito tempo), deveria vir a esta Assembleia Municipal, deveria ter vindo, minimamente cabimentado.

Ora se nem Orçamentado estava, cabimento é que não houve! E estamos a falar de algo que já tem muitos anos e que não é certamente da nossa responsabilidade — e certamente estou a ser muito claro e muito transparente.

Senhores deputados do Partido Popular, dizer-vos que apreciei muito a intervenção do deputado Rafael. Debruçou-se sobre o Orçamento, falou sobre o documento, não sobre outras coisas e, portanto, foi sempre importante ter essa percepção de que ainda há aqui pessoas à uma da manhã que pensam de maneira diferente.

Senhores Deputados do PSD de facto, fizemos o que devíamos (acho eu), quando fizemos o aumento de transferência de delegações de competências. Eu queria-vos dar uma nota. Muita gente diz que nós não devemos descentralizar em tempos de crise. Eu acho que nós devemos concentrar, centralizando.

Ainda uma nota em relação àquilo que disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Glória. De facto agradecer a disponibilidade para ter mais competências e o facto de cumprimos num ano de extrema dificuldade, mais uma vez, uma promessa que foi feita de não subir os impostos. Acho que isso diz muito do respeito que temos pelos aveirenses.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [066](#)

“A cada um o seu papel. Se há deputados que entendem que devem tecer loas, teçam-nas à vontade, mas não posso, seria abdicar do meu papel, que compete a um deputado municipal, não alertar para algumas questões que são reconhecidamente verdadeiras. Registo sem grandes comentários, para além do registo, o optimismo de alguns Senhores deputados municipais e da Câmara, relativamente a algumas projecções nomeadamente na redução da dívida global em oito milhões. Uma previsão de receitas que até pode ir aos oitenta milhões, etc., etc. — e depois aqui em Abril de 2012 ou eu ou alguém estará aqui a cobrar essas afirmações que foram hoje avançadas.

De facto o essencial penso que está dito. Daí o Senhor Presidente, apesar do ponto de vista pessoal ser um pouco penoso porque terei que trabalhar amanhã muito cedo fora de Aveiro, mas espero que nós consigamos levar os trabalhos a bom porto, eu diria que o essencial daquilo que pretende que fique retido é que o panorama que nós temos pela frente exige da Câmara um esforço muito grande de continuação, de contenção. Disse de contenção, e de mais contenção. E há coisas que não ficaram esclarecidas como por exemplo (a não ser que me tenha escapado na sua intervenção) o aumento da aquisição de serviços de 18,8 milhões para 23 milhões — não foi explicado!?

E a realidade de facto é esta: partindo do pressuposto que os serviços que vão ser pagos em grande parte ou na sua totalidade são compromissos já assumidos, nós temos um serviço da dívida de 17,7 milhões; temos 14,7 com despesas de pessoal; temos 23 milhões de aquisição de serviços — são 54 milhões.

Eu não sei como é que os investimentos que aí estão plasmados poderão ser realizados?

A não ser que seja pelo aumento da dívida! Daí que espero que a diminuição dos encargos com entidades bancárias não sejam acompanhados por um aumento do prazo dos pagamento a fornecedores de bens e serviços. É tudo.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [067](#)

“Eu começava por falar das perguntas às quais não me responderam, nomeadamente em relação ao leaseback do antigo estádio Mário Duarte? A questão é pertinente pelas próprias declarações da Câmara Municipal de Aveiro. Se a Câmara Municipal de Aveiro começa a apontar o caminho para um investimento que é a extensão do Hospital, e esse caminho é o antigo estádio Mário Duarte, parece-me razoável perguntar quais são as condições que a autarquia tem para apontar para isso, se nem sequer (por aquilo que me parece) tem soberania sobre esse equipamento?

Neste momento há (era isso que me deviam ter respondido) um contrato de leasing com um banco, que eu não sei exactamente qual é, e portanto normalmente esses contratos quando o pagamento é adiantado são muito onerosos. Portanto parece-me uma pergunta de todo pertinente e lamento que não tenha sido respondida.

Também não responderam em relação ao IMI. Isso não se vai reflectir nas receitas? Das duas uma, ou os imóveis de Aveiro estão todos espectaculares ou então de facto não foi feito realmente nada. O pacote fiscal foi aprovado prevendo 30% de agravamento para os imóveis nessas condições e o executivo puramente não fez o seu trabalho, portanto não aconteceu nada e portanto se o executivo acha que faz sentido não agravar em 30% o valor do IMI nesta situação, então é porque o executivo não é sempre contra o aumento de impostos.

O aumento de impostos sempre tem um propósito, tem um propósito social, portanto não venham com demagogia pura e simples que é onerar os munícipes.

Em relação às empresas municipais, a pergunta que eu fiz era muito simples. Em relação ao Orçamento transacto há uma transferência de 4,5 milhões, agora há 1,3 milhões, quer dizer, é óbvio, o que é que se passou de um ano para o outro que permita esta redução de transferências? Não basta dizer que se acompanha o Saneamento Financeiro, é preciso saber concretamente o que é que permite a autarquia reduzir as verbas desta maneira? É complicado acreditar nisso, tendo em conta que as mesmas apresentam resultados deficitários. Também em relação ao IRS, claro que defendemos a subida do IRS. Principalmente pelo motivo que eu aponte aqui. É que se ele permite salvar a MoveAveiro de ser concessionada. Apontei precisamente que se a autarquia optasse pela taxa de 5% em 8, 10 anos, já podia ter o valor que vai ter pela concessão da Movebus. Portanto podia prescindir completamente da concessão a privados da Movebus. E ainda por cima numa situação em que todo o município, com todos os municípios do distrito, à excepção de Aveiro e Mealhada optaram pela taxa máxima e esses municípios são PSD e PS portanto pelos vistos eles não se condoem com esses princípios e ainda por cima o argumento que eu tinha ressaltado antes é que é um concelho com grande capacidade contributiva. Quem não tem capacidade contributiva é quem está no desemprego. Quem tem emprego paga em função dos seus rendimentos, o que me parece de todo justo que o faça.

A Naval Ria e a sedimentação de empresas em Aveiro. Obviamente que somos a favor da sedimentação de empresas. Agora porque é que as empresas para se sedimentarem em determinado sítio têm que ter todas as regalias imaginárias? E porque é que por exemplo a Naval Ria prevê 43 postos de trabalho e a autarquia dá-lhes de isenção fiscal sem exigir o mínimo de contrapartidas? Não sabem em que condições foram criados esses postos de trabalho. Imagine que foram 43 postos de trabalho para construção da unidade e depois acabou-se passado x meses. Quantos postos de trabalho é que foram criados realmente? A autarquia pode-me garantir que tinha conhecimento. Nos documentos que enviaram à Assembleia não vinham que esses postos de trabalho não eram precários, que esses postos de trabalho eram reais, que tinham algum prazo de realização. Portanto não basta dizer essas considerações genéricas sobre aquilo que acontece no tecido produtivo de Aveiro, porque as empresas interessam se gerarem riqueza para o município. Se a autarquia prescinde dessa riqueza ela vai para os bolsos dos mesmos.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [068](#)

“Bem no balanço geral desta discussão, parece-me que PS, PSD e CDS ainda não se libertaram dos seus fantasmas. Por várias vezes vemos uns a dizer “este Orçamento é irreal” e outros “mas no vosso tempo também faziam um Orçamento irreal”. Pronto, não percebemos se o facto do Orçamento real é uma coisa boa ou uma coisa má, mas pelos vistos é uma coisa má, mas que esta bancada do CDS e do PSD acha bem agora porque os outros já fizeram. Portanto os outros são maus, nós também podemos ser mauzinhos.

O mesmo se passou em relação às outras Receitas. Estão bem uns para os outros, mas julgo que um bocadinho mais de exigência seria de esperar destas bancadas. Mas subsistem ainda das respostas do executivo duas questões de fundo. A primeira a privatização da Moveaveiro. Agradeço ao Vereador Pedro Ferreira ter-nos elucidado sobre os vários subsídios que já hoje a MoveAveiro recebe e quero perguntar se esses subsídios sociais para as escolas, para muitos mais, continuarão depois da privatização? E quero ainda perguntar se esses subsídios sociais à MoveAveiro vão aumentar e se serão criados outro tipo de subsídios ou outro tipo de rendas a pagar ao concessionário. E já que estamos nisso pode-nos se calhar elucidar sobre o modelo de concessão que está a ser planeado.

Outra acção, outro ponto que me parece essencial e que foi bem elucidativo pelo mesmo Vereador é a acção social. Diz-nos Pedro Ferreira que para o BE (e crítica) a acção

social é despejar dinheiro nas pessoas. Não é essa a nossa noção de acção social. Mas eu percebo tão bem, tão bem, essas palavras. O que quer dizer, tal como muitas pessoas de direita que dizem isso, é que as pessoas pobres não sabem gerir o seu dinheiro. As pessoas pobres não podem ser autónomas. Portanto não lhes podemos atribuir o dinheiro directamente tem que ser através de uma qualquer instituição. Como eu disse, nós defendemos que haja subsídios às IPSS, mas haver apenas subsídios às IPSS e não haver um serviço público estrutural, embora apenas exista enquanto o vosso modelo gerador de desigualdade permaneça no activo, mas apenas na conjugação dos dois IPSS e Serviço Público, podem de facto combater a pobreza. Porque não podemos estar numa Câmara ou num Estado sem Acção Social própria. Fala ainda da política fiscal colocada para um pacote de quatro anos.

Antes de mais, isso vai contra o espírito da Lei que, como bem sabe, diz explicitamente que o pacote fiscal deve ser trazido a esta Assembleia Municipal anualmente. Portanto todos os anos.

Portanto está não só a desrespeitar a Lei, como está a desrespeitar um órgão democraticamente eleito e fiscalizador do executivo.

Mas a sua política de isenções a empresas milionárias, como é o caso e já que estamos a particularizar da Martifer, que produz navios de cruzeiro que custam doze milhões de euros, quatro milhões paga o Estado, o comprador arranja Sócrates, que é o comprador ao Chavez, e a Câmara Municipal também quer entrar na cerimónia e oferece um IMI e o IMT. Estamos esclarecidos sobre o que é a vossa política de geração de emprego — é a subsidiação milionária de empresas já de si milionárias e que recebem todos os subsídios do Estado.

Para a direita liberal é muito estranho estarem tão contentes com as empresas subsídio dependentes e que um deputado desta câmara já disse que era uma empresa que era próxima do Governo. Pelos vistos é também uma empresa próxima desta Câmara Municipal.

E queria esclarecimentos adicionais do Vereador Miguel Fernandes. Diz-nos que quer criar um plano para que os reclusos e os desempregados basicamente vão roçar mato e cuidar da floresta!? Aquilo que lhe pergunto é: serão criados postos de trabalho? Já que existe uma necessidade de trabalho são criados postos de trabalho que vão a executar que terão trabalhadores afectos ou se pelo contrário como são reclusos e pessoas no desemprego portanto em situação mais vulnerável, se a Câmara Municipal não se irá aproveitar dessas pessoas. Portanto aquilo que eu quero saber é se esse seu Plano prevê a criação de postos de trabalho ou se não?

Também sobre a reabilitação do património edificado, na primeira intervenção referida como uma das prioridades pela Vereadora Nolasco, aquilo que eu queria perguntar é porque é que a política do IMI não prevê exactamente uma política social em termos de património edificado e não ocupado? E porque é que não existe uma política social para o arrendamento a custos controlados? E quero ainda levantar um outro assunto que vi hoje na imprensa, que também diz respeito às contas públicas. E uma vez que o Senhor Presidente da Câmara nos diz que o município deve ser considerado uma pessoa de bem e como eu acho que uma pessoa de bem não faz negócios às escondidas, num notário privado sem ninguém saber, numa madrugada de sexta para sábado, quero perguntar-lhe como é que está a situação das piscinas?

E porque é que é através da direcção do Beira-mar que nós sabemos que a Câmara Municipal na próxima reunião do executivo irá propor uma Comissão Arbitral para resolver este diferendo. Primeiro acho bastante estranho que seja uma Direcção do Clube e não a Câmara Municipal a anunciar aquilo que a Câmara Municipal vai fazer. Se calhar por este tipo de afinidade de negócios com palmadinhas nas costas! Se calhar é por isso que estamos nesta situação, em que o negócio das piscinas mostrou-se.

Quero também perguntar se consideram que a vossa estratégia falhou? Porque aquilo que Élio Maia nos disse quando este protocolo foi aprovado era claro: “este será o último protocolo”. Existem uma data de protocolos de trapalhadas do Partido Socialista, foram todos maus, portanto agora temos o protocolo bom, vai ser o final. Pelos vistos esse ainda não foi o final e haverá um novo.

Portanto, quando é que temos um protocolo de facto final e um protocolo que defenda os interesses e a legalidade e a transparência? Posto isto, aguardo os esclarecimentos adicionais. Obrigado.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [069](#)

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu só gostaria que o Senhor Vereador Pedro Ferreira respondesse à minha pergunta: qual a razão porque não vem espelhado no Orçamento o que cada uma das Juntas vai receber?

Não entendo qual é a razão. Portanto o Senhor Vereador que pelos vistos pronto, fez assim, fez assim, mas não me disse qual era a razão.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [070](#)

“Uma pergunta muito simples Senhor Presidente, dirigida ao Senhor Vereador Pedro Ferreira, que nos informou que todos os Centros Educativos que a Câmara pretende lançar no próximo ano estão descritos no Orçamento.

Terá sido com certeza por lapso meu ao ler as Grandes Opções do Plano, mas na Comunicação do Presidente que discutimos na Sessão passada, dizia o Senhor Presidente que se submeteram três candidaturas ao programa “Mais Centro” para requalificação da rede escolar. A saber: a Escola Básica do 1.º Ciclo da Glória, a Escola Básica do 1.º Ciclo da Vera-Cruz e o Centro Escolar de Santiago.

Ora eu, terá sido com certeza por defeito meu, aliás uma delas até foi objecto de grande elogio do Senhor Presidente da Junta da Glória na anterior Sessão. Eu não as consigo encontrar no Orçamento!? A única que consigo encontrar é o Centro Escolar de Santiago. Não consigo encontrar nem a Escola do 1.º Ciclo da Glória, nem a Escola do Básica do 1.º Ciclo da Vera-Cruz. Com certeza terá sido meu lapso, mas o Senhor Vereador diz que está tudo cá enquadrado gostava que me esclarecesse. Obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [071](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, Excelentíssima Câmara, quatro questões sobre alguns temas que nós já tínhamos colocado há pouco e alguns dos quais ainda não foram respondidos.

Primeira questão. Alguma surpresa pelo facto da nova estrutura organizacional, nomeadamente o novo organigrama da Câmara não ter nenhum reflexo em termos financeiros no próximo ano! A Senhora Vereadora no início disse que o impacto financeiro e nós vamos discutir este ponto na próxima Sessão da Assembleia Municipal e obviamente que é para nós uma surpresa que não haja um enquadramento financeiro daquela proposta, como também não está plasmado neste Orçamento, e a questão é: com esta alteração existe ou não existe algum impacto financeiro e se ele é positivo ou se é negativo? Se há alguma poupança com esta situação ou se não há poupança nenhuma?

Segunda questão. Relativamente à alienação de património. Nós temos cerca de 41 milhões de euros de Receita que deriva da alienação de património. 36,4 milhões de terrenos e 5,5 milhões de edifícios. E esta alocação coloca o mesmo grau de formalidade, que coloca à Delegação de Competências às Juntas de Freguesia. Ou seja, cada vez que

se aliena a partir de determinado valor um qualquer terreno ou edifício ele tem que vir a esta Assembleia Municipal.

Mas em nome da transparência, deste tipo de transparência que o Partido Socialista fala, a questão é perceber o que é que nós estamos aqui a falar. Que edifícios e que terrenos é que nós estamos a vender? Dê ao menos um exemplo. Era importante perceber o que é que está na mente do Senhor Presidente e da Câmara relativamente à alienação de Património.

Como o meu colega Paulo Jesus disse na Sessão anterior uma das coisas que obviamente que nos assusta é o facto de a necessidade da receita, ser suprida com base em alienação de Património que é estratégico para o município. E estando aqui 41 milhões, obviamente que para nós era importante perceber, dar-nos alguns exemplos, do que é que está pensado em termos de alienação e também para percebermos qual é o grau de realismo desta proposta.

Uma terceira questão que tem a ver com a gestão financeira e com o plano de Saneamento Financeiro. Nós fizemos essa pergunta há bocado Senhor Vereador Pedro Ferreira, com certeza por lapso não nos respondeu, mas não deixa de ser estranho que o Plano de Saneamento Financeiro que consubstancia um conjunto de propostas, essas sim propostas que ainda não foram levadas à prática, mas propostas de gestão estratégica, que de facto resolvam os problemas financeiros do município e que já deviam estar a ser executadas e que na nossa perspectiva não estão e que não haja neste Plano e Orçamento nenhuma menção ao Plano de Saneamento Financeiro. E portanto, qual é o sentido de haver um instrumento de gestão dessa complexidade e com essa importância que não tenha nenhuma menção no Plano e Orçamento?

E por último, uma questão que tem a ver com a redução da dívida. O Senhor Presidente tem dito e os nossos colegas deputados da posição têm dito que há uma redução real da dívida. Para nós a interpretação é evidente. A redução real da dívida tem a ver com receitas extraordinárias e com empréstimos. E se assim não for, era perceber quando acabarem estas receitas extraordinárias e os empréstimos, de que forma e em que áreas, é que de facto estão a fazer poupanças reais e concretas que permitam nos próximos anos fazer esse pagamento do serviço da dívida. E se esta nossa interpretação está correcta ou seja se a diminuição da dívida só tem que ver com receitas extraordinárias e com empréstimos. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [072](#)

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria-me referir a duas questões e que são as seguintes: Ao que já foi referido, em relação à história do protocolo com a REFER. Eu quero perceber bem isso. Porque aparece agora aí uma inscrição segundo dizem vossas excelências num montante de 14 milhões de euros — e eu não percebo porquê!

Em 2005, data em que o anterior executivo cessou funções, e data em que este executivo tomou funções, havia um protocolo com a REFER que grosso modo estabelecia o seguinte: uma permuta de um terreno que valia nove milhões e tal de euros e um conjunto de obras a realizar ali na zona da estação. E a pergunta é, foi dado cumprimento ao protocolo? Não sei se foi, devia ser dito se foi ou não. O protocolo foi alterado? Se foi devia ter cá vindo a alteração à Assembleia Municipal no anterior mandato. Foi cabimentado? Uns dizem que não foi, mas os senhores cabimentaram? Se o cabimento ocorreu também devia ter sido dado disso conhecimento na Câmara e na Assembleia. Não foi!? Ninguém se recorda disso? Porque é que são catorze milhões de euros? Ninguém sabe porque é que são catorze milhões de euros. Ninguém validou essa dívida! Não há nenhum senhor deputado aqui, nem nenhum dos senhores vereadores que possa afiançar que houve essa decisão e ela aparece aqui agora e inscrita no Orçamento como catorze milhões. Porquê?

Outra questão: Plano de Saneamento Financeiro. O Plano de Saneamento Financeiro segue na esteira dos outros Orçamentos ou seja, é uma “farsa”. É uma “tragédia”. Porquê? O Estádio Municipal é vendido ou aspirava-se a ser vendido por mais do que aquilo que custou a ser construído! As Águas eram para ser concessionadas por mais do dobro do que foram agora! E um conjunto de outras medidas que lá vêm plasmadas enfim, algumas até são uma nota de humor.

Esta Câmara nem conseguiu produzir em tempo útil um dos relatórios a que estava obrigada para se perceber qual a execução do Saneamento, quais os objectivos que estavam ou não alcançados na persecução dessas medidas. Nem isso conseguiu fazer. E portanto não é com surpresa que neste Orçamento tenha sido completamente omitido a execução do Plano de Saneamento Financeiro que como os Senhores deputados sabem e dizem isso de uma maneira frontal e simplista, apenas serviu para obter um empréstimo de 58 milhões de euros, com um encargo de dívida de vinte e tal milhões, e que vai onerar em muito o município de Aveiro.

E o problema é o seguinte: havia a questão das Águas que era o que ia salvar a pátria — mas nem isso vai ocorrer. Este ano recebeu-se aquilo que se tinha que receber, onze ou doze milhões. No ano de 2011 não se vai receber nada. Não se vai receber nada! Vai-se receber dinheiro em 2011 das Águas? Em 2011 não vamos receber nada. Em 2012 o que é que vamos receber? Em 2012 ninguém sabe aqui como é que vamos chegar em termos financeiros ao final do próximo ano e ao início do ano seguinte. E vai ser muito difícil a Câmara superar essas dificuldades, porque não se vislumbrou nenhuma medida estrutural que possa inverter este ciclo económico negativo. E portanto Plano de Saneamento Financeiro e Orçamento infelizmente segue numa mesma direcção, que é o abismo.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [073](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Rapidamente para terminar o assunto que há um bocado o Senhor Deputado Nelson Peralta colocou. Felizmente o Senhor foi mais ao menos esclarecedor, são os requisitos da sustentabilidade senhor deputado, têm os seus custos. Inicialmente, quando pensámos construir uma nova sede da Junta, face às limitações que tínhamos e temos, o Parque da Sustentabilidade era apenas uma miragem, não existia. Com a possibilidade de integrarmos, de sermos parceiros do Parque de Sustentabilidade, naturalmente que avançámos com essa hipótese e daí os fundos comunitários que vamos realmente usufruir. Se não o fizessemos naturalmente, e legitimamente, o Senhor hoje estaria aqui a dizer que tínhamos sido uns ingénuos ou incompetentes. Não podíamos desperdiçar. Se o desperdiçássemos o Senhor com certeza que tinha outro comportamento e tinha realmente outro diálogo nesta sala.

Depois há um pormenor importante Senhor Deputado, nós tivemos o bom senso de projectar uma casa para a sua geração, não é minha, é para a sua. Felizmente que nós acompanhamos o progresso e estamos sensíveis a olhar realmente para o amanhã e não para ontem. O Senhor foi mais ou menos esclarecedor, não disse tudo, mas pelo menos o eventual clima de suspeição que poderia haver penso que está dissipado. Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [074](#)

“Umás breves notas para reafirmar de uma forma bastante positiva o meu agrado por estas Grandes Opções do Plano E Orçamento. Eu acho que não é demais realçar perante o quadro negro que alguns teimam em fazer persistir, nomeadamente o último é o do abismo! Talvez seja isso a que os senhores nos estão a habituar, a levar para o abismo. Mas eu gostaria de realçar positivamente de facto o enquadramento dos objectivos de

desenvolvimento que estão traçados nas Grandes Opções do Plano, em coerência, em linha com o Plano Estratégico de Aveiro. Isto é muito importante.

E portanto eu estou de acordo com os objectivos de desenvolvimento que aqui estão consagrados. E não posso estar mais de acordo em que o município tenha privilegiado as acções que já estão eminentemente asseguradas em termos de financiamento nacional e comunitário. Isto é muito importante. Não estamos aqui assim a lançar areia para os olhos, estamos aqui a verter num documento o compromisso com a comunidade para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Aveiro. Isto é importante. E eu gostaria de reafirmar de facto que estou de acordo em afirmar o espaço de Aveiro como território inclusivo, polarizador das realidades socioeconómicas. Estou de acordo em transformar Aveiro num pólo de inovação, e estão aqui vários projectos para esse efeito. Estou de acordo em estimular a criatividade que é coisa que tem andado e até fomentar a esperança e o empreendedorismo dos aveirenses, que pelos vistos vai ao arrepio das intervenções que alguns senhores deputados aqui fazem, que não têm esperança nenhuma, não têm futuro. E também estou de acordo em que é preciso reinventar o Turismo. E portanto meus caros e para não me alongar mais, gostaria de dar essa nota do meu agrado pela forma como foi apresentado este ano as Grandes Opções e o Orçamento para o próximo ano. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [075](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [076](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [077](#)

Vogal António Manuel Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [078](#)

“Muito obrigado. Só também para rematar esta nossa intervenção da bancada do PSD, dizendo que realmente a oposição não nos pôde convencer, não teve argumentos para nos convencer de que este não era realmente um bom Plano. Este é um bom Plano.

Mas mais me surpreende é que alguém que foi assessor do Dr. Alberto Souto e que eu achava que era uma figura próxima do Dr. Alberto Souto, na altura em que espero que pelo menos tenha sido feito, tenha sido assinado este protocolo com a REFER e eu espero que haja esse protocolo assinado. Apesar que, o Dr. Alberto Souto muitas vezes nos fazia isto, avançava com os projectos e depois é que vinham os protocolos. E parece que este enferma um bocadinho desse género de nuances. Não sei, se calhar o Dr. Marques Pereira é que se calhar como assessor do Presidente da Câmara é que devia ter sabido. Agora esqueceu-se!? Esqueceu-se! Se calhar esqueceu e por isso agora é que vem perguntar pelo protocolo. Se calhar sabe melhor do que todos nós quais são as virtudes, mas quais são os problemas daquele protocolo e que por isso só agora é que foi resolvido. Se calhar deve saber isso e por isso esta é só mais um exemplo de realmente da atrapalhação do Partido Socialista de agora verificar que as contas da Câmara, que foram desbaratadas por esse Partido, agora estão a ser postas na ordem e não-de continuar a ser postas na ordem porque ainda não estão. Porque como aqui já foi demonstrado, ainda há muitas despesas que nós ainda estamos a pagar dos anos de 2002, 2003 e 2004 — por muita pena nossa que não conseguimos ainda poder concretizar em plenitude o nosso programa eleitoral. Mas já estamos a caminhar e este Plano e Orçamento é um bom exemplo disso. Era isso que queria dizer. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) [079](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [080](#)

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento: [081](#)

“Eu queria fazer a defesa da minha honra, porque com certeza que o Dr. Manuel António Coimbra se deixou levar pelo entusiasmo da sua verve, porque excedeu-se!

Em primeiro lugar se o Senhor acha que os protocolos são dúbios e se tem alguma coisa de anormal e que possa ter lesado o interesse municipal, a sua obrigação como deputado municipal há longos anos que decorrentemente o invoca, tem instâncias que o Estado lhe oferece para poder acusar e denunciar essas situações, ponto 1. Ponto 2, eu não lhe permito que invoque da maneira insidiosa como o faz, a minha qualidade de adjunto do anterior Presidente de Câmara para obter algum tipo de informação privilegiada. Eu exercia o meu trabalho, tal qual como outros adjuntos e chefes de gabinete aqui o fizeram, e isso não implica um conhecimento privilegiado de alguns assuntos, pelo contrário. Vossa Excelência como deputado municipal há longos anos, se não sabia tinha o dever de se informar melhor sobre eles, para não cometer aquilo que aqui acabou de fazer que é um conjunto de nebulosidades que pretende incutir sobre o anterior executivo do Partido Socialista e suspeições! Isso fica-lhe mal e fica mal ao PSD.

E eu não permito. Isso lesa a minha honra pessoal que faça isso nesta Assembleia em relação à minha pessoa.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [082](#)

“Não são suspeições coisíssima nenhuma. Porque este género de protocolo e com as verbas que não se souberam durante muito tempo de quanto eram, já estavam no relatório que nós aqui apreciámos do Tribunal de Contas e da Auditoria privada.

E por isso não são. Agora, o problema é que nós nunca conhecemos os números, porque os números não estavam no protocolo, está a ver? É que é este o problema. Os números não estavam no protocolo. E por isso as próprias auditorias que nós tivemos conhecimento e que apreciámos aqui nesta Assembleia Municipal, já referiam isso. Lançavam dúvidas. Agora não se podia era contabilizar porque não sabia quanto. Com quanto é que se contabilizava? O grande problema estava aí, está a ver? Devia saber isso. Estava próximo do anterior governo para saber isso.

Reforço esta ideia porque é muito importante. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira: [083](#)

“Deputado Salavessa se não se importar eu deixava-o para o fim.

Em relação ao Bloco de Esquerda, julgo que já dei alguns esclarecimentos em relação à questão mais pertinente.

Em relação ao Partido Socialista, a Senhora Presidente Romana, eu julgo que em relação às Juntas, as Juntas têm informação. Os critérios estão definidos. A opção por colocar os valores globais foi nossa e, portanto, dir-se-ia que é uma opção ecológica de gastar menos páginas porque é um role e um role de nunca mais acabar.

Quanto às Escolas, dizer que passou numa outra rubrica, devia estar separado, é um lapso que teremos que corrigir, mas está neste Orçamento.

Em relação à operação de Saneamento Financeiro dizer-vos uma coisa muito simples, tal como vocês dizem e eu nunca tenho falado muito sobre a dívida. Muitas vezes isso, nós falamos muitas vezes sobre a dívida. Eu não tenho essa tendência, nunca me viram falar sempre, nem acusar de que fizeram mal ou deixaram de fazer. As realidades são para se trabalhar.

Eu recordo-vos uma coisa: não é o primeiro Saneamento Financeiro que o município de Aveiro fez! Nós ainda estamos a pagar Saneamentos Financeiros passados e eu não me recordo de em todos os Orçamentos se vir a falar sempre do Plano de Saneamento Financeiro.

O Plano de Saneamento Financeiro são doze anos. Não vamos estar os doze anos a falar sobre Saneamento Financeiro. É uma realidade, nós já a conhecemos, temos que

trabalhar com ela. Só dar-vos essa nota. Estão diversas medidas no Orçamento relacionadas, vamos dar dois exemplos: Seguros e Comunicações, em que estão as reduções que exactamente nós previmos nas operações de Saneamento Financeiro.

Essas menções devem estar referidas nos Planos e acho muito bem e nós estamos a reformulá-los para eles serem mais explícitos. Foi referida aqui a situação da AdRA. O Dr. Marques Pereira assume sempre coisas! Assume sempre. Porque é que assume que nós pusemos mais do dobro do que recebemos? Nós assumimos um valor global que estávamos à espera que fosse a entrada.

Aliás, acho que na operação de Saneamento Financeiro dividíamos por dois anos. Na realidade aquilo que nós fizemos foi para que os outros municípios e o município seja mais sustentável em termos futuros — foi dividir as rendas pelo total da concessão para que os outros executivos que venham a seguir tenham rendas da concessão das Águas. Não era só nós recebermos o dinheiro todo e estava tudo resolvido.

E portanto o valor que nós vamos receber será bem superior aos cinquenta milhões de euros. Aliás, gostava de vos dizer o seguinte: nós vamos ter ganhos ao nível das rendas, ao nível da venda da água, ao nível dos imóveis, e ainda vamos ter ganhos para uma coisa que parece fantástica, mas que é uma realidade e basta olhar para os números dos SMAS que é os ganhos do défice de exploração acumulados ao longo dos anos.

E recordo-vos, os défices no último ano foi o défice de exploração menor e foram seiscentos e vinte e cinco mil euros. Soma esses défices de exploração e veja o que é que isso significa no final.

Nós tivemos muitos ganhos com esta operação. Vocês referiram um Administrador que se lembrou de uns números bonitos que qualquer financeiro fez e vocês têm-no na vossa bancadas na Câmara Municipal, sabe bem que não são assim que as contas foram feitas, sabe muito bem, porque é que ele fez isso.

Uma última nota em relação àquilo que foi dito pelo PSD. De facto, nós tentámos enquadrar o Orçamento. Acho que tantas vezes se diz que a gente não falava nada. Enquadrámos o Orçamento. Explicámos aqui, cada Vereador explicou, as medidas do Plano, afinal ninguém quer discutir isso. É sempre de facto os valores que estão bem ou mal.

Em relação ao Salavessa, por isso é que o deixei para o último esta nota. Ainda falar sobre a REFER. A REFER estava-me a passar e eu não quero que digam que a gente não falou sobre a REFER.

A REFER é o seguinte: é um projecto de 2003. Não é de 2004, 2005, é um projecto de 2003, que veio à Assembleia Municipal em 2003, em que todas as obras à excepção da parte final da passagem superior em Esgueira, porque por erro da REFER foram executadas até 2005, recordam-se todos perfeitamente da inauguração do túnel, quando é que foi feita e, portanto, deveria na altura e todos vocês sabem, não é estar a dizer mal ou a dizer bem, deveriam as coisas ter sido cabimentadas. E segundo o protocolo, e por isso é que nós nunca o cabimentámos até lá nem pusemos nos Orçamentos, o protocolo falava salvo erro em 9,5 milhões de euros. Eu acho que não era tanto, mas pronto. Nós recebemos este ano aquilo nem é uma factura, aquilo é uma nota assim um bocado esquisita, a gente nem sabe como é que há-de contabilizar se é uma nota de débito, se o que é que é. Em relação àquilo que dizia, e eu vou ler mais ou menos em relação aos valores que a gente tem aqui: participação no interface rodoviário (que eram 50%), seiscentos e cinquenta e seis mil euros; prolongamento da Avenida Lourenço Peixinho (obra total para a Câmara), oito milhões quatrocentos e quarenta e sete mil euros; há uma passagem que é a passagem superior do Pingo Doce, que está a zero (por isso é que não está aqui nada); passagem superior da Quinta do Cruzeiro, dois milhões e trinta e quatro mil euros; expropriações, trezentos e doze mil euros; serviço de gestão, fiscalização e

projectos, um milhão oitocentos e seis mil euros; compensações e indemnizações, trezentos e setenta e nove mil euros.

Isto tem IVA a acrescentar que nós estipulámos, eles falam em uma média, que nós estimámos que eram 6% porque há aqui serviços que são de 5% de empreitada e outros serão mais.

Dizer-vos isto: nós fizemos isto porque recebemos finalmente um papel — agora estão a ver a diferença de nós termos metido lá oito milhões e depois catorze. Acho que foi preferível termos um papel que agora já sabemos do que é que estamos a falar para poder avaliar, acho que é o mínimo correcto. Sendo que, dar-vos esta nota, este processo devia estar corretinho desde 2003.”

Presidente da Câmara: [083](#)

“Só uma pequena nota porque o Dr. Pedro Ferreira apanhou o processo já quando vai para a parte financeira e há todo um caminho que foi percorrido até chegar lá.

O caminho foi naturalmente, como é evidente... (ouvem-se vozes). Espere aí, vamos lá ver obra a obra, metro a metro, reunião a reunião, discussão a discussão, até se chegar depois a um valor que está validado pelos técnicos municipais ao centímetro, naturalmente. Depois é que transita para o Dr. Pedro Ferreira, porque inicialmente era mais alto, houve aqui correcções, e depois então transita já assim para o Dr. Pedro Ferreira em termos financeiros, com este valor.

Eu acho mais prudente, mais sensato, para não estarmos aqui a falar todos... (ouvem-se vozes) Nós não temos aqui o documento! Acho que é mais sensato nestas coisas, para depois não dizermos todos disparates, é aguardar. Temos outra Assembleia em Fevereiro, temos o documento na mão, podemos trazer o documento e discutirmos o documento. Acho que é mais sensato do que estarmos aqui todos, até porque há pequenos pormenores, há pequenas nuances, há pequenos pormenores importantes que merecem mais do que uma análise assim sem grande fundamentação. É preferível analisar.”

Vereador Pedro Ferreira:

“Uma nota final, que eu deixei para o final, porque acho que de facto temos que falar sobre aquilo que é o real. O irreal, projecções, redução de receitas etc. etc.. Dar-vos uma nota, como é óbvio e os Orçamentos têm sempre essa questão de previsão. Nós estamos a falar de um Orçamento que 80% são fundos comunitários naquilo que são as GOP. Se os projectos por alguma razão não se executam, obviamente que a execução desce e muito quando estamos a falar de 80%.

E eu só vos queria dar esta nota. A Estrada Nacional 230-1, esteve catorze meses no Tribunal de Contas com financiamento garantido. O Car-Surf vai pelo mesmo caminho com 90% de financiamento garantido.

Não nos responsabilizamos por execuções quando a maior parte do tempo ele não está na nossa posse.

E queria-vos dar outra nota. Executando a REFER estamos a executar 11% do Orçamento de uma vez só. Executando as GOP com 80% estamos a executar só entre tudo se calhar 50% do Orçamento. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro, no referente à Câmara Municipal [084](#), sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), zero abstenções e doze votos contra (PS9+BE2+PCP1).

Continuando, colocou à votação o Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro, no referente aos Serviços Municipalizados⁰⁸⁵, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), uma abstenção (PCP1) e onze votos contra (PS9+BE2).

Presidente da Mesa ⁰⁸⁶

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP): ⁰⁸⁷

“Votei contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano, porque o irrealismo Orçamental não é inócuo e abre o caminho ao aumento da dívida.”

Vogal João Pedro Dias (BE): ⁰⁸⁸

“Votámos contra estas Grandes Opções do Plano e Orçamento, porque não responde aos tempos de crise social. Não tem medidas que diminuam as assimetrias, pelo contrário, piora a situação social porque é fiscalmente regressivo e permite aos mais ricos através de benefícios fiscais enriquecer e penaliza os que menos têm, através do aumento dos custos dos serviços públicos, nomeadamente através do aumento do preço da água, da subida do preço da água e dos transportes. Assim o Orçamento para 2011 afigura-se como um Orçamento de austeridade. Um Orçamento que abre portas à privatização da Moveaveiro. Este Orçamento só podia ter o voto contra do Bloco de Esquerda.”

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP): ⁰⁸⁹

“Votámos a favor destes dois documentos, porque achamos que reflectem bem a necessidade e o esforço que a Câmara tem em diminuir o défice existente anteriormente e além de neste Orçamento reforçar bem o encontro de reinserção social e de acções sociais que todos necessitamos na cidade de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS): ⁰⁹⁰

“O Partido Socialista votou contra porque este Plano e Orçamento persegue uma política errática em termos de projectos. É irreal porque transforma um valor de Orçamento num conjunto de projectos que não sabemos exactamente o que é e como é que vão ser cumpridos e porque não resolve o principal problema da Câmara de Aveiro que é o problema do Saneamento Financeiro da Câmara; pelo contrário agrava-o.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD): ⁰⁹¹

“A bancada do PSD votou favoravelmente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Aveiro e dos Serviços Municipalizados, pois reflectem os compromissos assumidos pelo município. Só referentes aos anos de 2003 e 2004, ainda há compromissos assumidos no valor de 33,5 milhões de euros reflectidos nestas Grandes Opções do Plano. Ao longo dos últimos cinco anos o Orçamento tem vindo a ter a sua dotação diminuída fruto da gestão rigorosa e séria que tem sido seguida pela Câmara Municipal de Aveiro.

Este Plano e Orçamento respeita os cidadãos, honra o compromisso de não aumentar o IMI, nem as Taxas da responsabilidade municipal, não onerando ainda mais os munícipes. É um Plano e Orçamento que privilegia o trabalho das Juntas de Freguesia, através de uma arrojada transferência de competências e dotação orçamental.

É um Plano e Orçamento que dá prioridade aos projectos participados, projectos com os quais a Câmara concorreu e os viu aprovados. Em suma é um Plano que apesar das dificuldades que vão ser vividas a nível nacional e que Aveiro não será excepção, permite

diminuir as despesas correntes e perspectiva investimentos produtivos no nosso concelho. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁹², nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, deu por encerrada a terceira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 5 de Janeiro de 2011 (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:45 horas do dia 29 de Dezembro de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:15)